
9

CIÊNCIA CONTRA A POBREZA

CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE
POLÍTICAS SOCIAIS EFICAZES NA ERRADICAÇÃO
DA POBREZA E NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

É difícil alguém discordar da necessidade de construir um Brasil mais próspero e menos desigual. Por outro lado, existe também uma crença amplamente difundida de que, para isso, bastam o bom senso e a experiência dos formuladores de políticas públicas – uma falácia que, além de frustrar expectativas, pode acarretar custos sociais, econômicos e políticos de graves consequências. Evidências científicas são recursos cruciais para assegurar a eficiência e a eficácia das políticas públicas – essa é a motivação deste capítulo.



Historicamente, o Brasil é um dos países com maior nível de desigualdade econômica no mundo, com índices de pobreza muito acima do esperado para seu volume de riqueza. Trocando em miúdos, a pobreza, no Brasil, se deve muito mais à má distribuição dos recursos existentes do que propriamente à escassez de recursos. Desde os anos 2000, o país vem conseguindo frear essa tendência – entre 2000 e 2014, a extrema pobreza declinou continuamente, alcançando um patamar próximo de um quarto do nível registrado na virada do milênio.^[i, ii]

Com essa virada, o Brasil atingiu um feito notável: alcançou, cerca de quatro vezes mais rápido do que o esperado, o 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio^[1] fixado pela Organização das Nações Unidas no ano 2000, reduzir a extrema pobreza à metade num prazo de 25 anos. A redução da pobreza contribuiu, também, para diminuir os índices de desigualdade.

Ainda assim, os avanços alcançados não foram suficientes para que o Brasil figurasse entre os países de perfil mais justo. A desigualdade e a pobreza continuam sendo problemas importantes e que requerem políticas públicas adequadas.

No Brasil, como em outros países, o principal instrumento que possibilitou a redução da pobreza extrema foi o programa de transferência condicional de renda, conhecido primeiro como bolsa-escola e, depois, como bolsa-família. Esse tipo de programa, por ter sido adotado em muitos lugares, já se tornou objeto de ampla literatura especializada e avalia-se que suas principais qualidades são a focalização de recursos na população mais necessitada e o alívio das condições de pobreza extrema.^[iii]

Para ser implementado no Brasil, o programa bolsa-escola ou bolsa-família contou com a existência de informações estatísticas confiáveis sobre a situação de pobreza e sua distribuição pelo país, além do uso de tecnologias adequadas para eliminar os custos de intermediação política na entrega dos recursos. Os sucessos logrados pelo programa constituem um bom exemplo de como a ciência pode contribuir de forma efetiva para a redução da pobreza e da desigualdade.

Porém, é crucial levar em conta que a redução da pobreza e da desigualdade ocorreu ao mesmo tempo em que, em contraposição às melhores práticas recomendadas pela teoria econômica, aumentavam os desequilíbrios fiscais e o distanciamento entre produtividade e remuneração do trabalho. Esses fatores explicam, em grande parte, a recessão econômica iniciada em 2014, e podem estar levando ao retrocesso de muitos dos ganhos dos anos anteriores. Portanto, a experiência brasileira das décadas recentes ilustra simultaneamente a importância de se contar com o conhecimento científico no desenho de políticas públicas e os riscos de se ignorar esse conhecimento.

ALGUMAS DEFINIÇÕES PARA COMEÇAR

“Aquilo que não se pode medir não se pode melhorar.” A frase, atribuída ao físico britânico William Thomson (1824-1907), conhecido como Lorde Kelvin, resume de forma clara o que muitos esquecem na hora de avaliar políticas de redução da pobreza ou da desigualdade. O que, exatamente, esperou-se transformar com essas políticas? Quais são os indicadores de seu sucesso ou fracasso?

Para reduzir a pobreza e a desigualdade, é necessário, primeiro, definir o que se entende por cada um desses conceitos e como é possível medir sua presença na sociedade.

Duas maneiras comuns de se medir a pobreza são em termos relativos ou absolutos. O conceito de pobreza relativa é arbitrário e convencional. Ele considera, geralmente, a renda das populações: são definidas como pobres as pessoas que estão, por exemplo, no decil inferior da distribuição de renda de um país. Embora arbitrário, esse conceito se justifica pelo fato de que as pessoas com este nível de renda normalmente apresentam também níveis de educação, saúde, condições habitacionais e outros significativamente piores que os dos demais cidadãos.

Já o conceito de pobreza absoluta foi desenvolvido para a análise da situação das populações mais carentes em economias pobres, como as da África e da América Latina. Esse conceito considera a disponibilidade de recursos para adquirir uma cesta de alimentos equivalente às necessidades calóricas das pessoas – uma medida evidentemente inadequada, pois não inclui outras necessidades essenciais, como transporte, atendimento médico e habitação.

Há ainda um terceiro conceito, que considera a pobreza de forma multidimensional e inclui a possibilidade de as pessoas serem pobres por razões e de modos diferentes. Tipicamente, a pobreza é medida por insuficiência de renda, mas uma pessoa pode ser pobre mesmo não tendo insuficiência de renda – por exemplo, por ter um problema de saúde grave, ou por ter passado por um desastre natural, entre outras razões.

No entanto, para estabelecer metas e políticas públicas, pode ser conveniente estabelecer linhas de pobreza. Embora envolvam sempre algum critério arbitrário, elas são passíveis de justificação a partir de um conceito explícito de carência. Por exemplo, o Banco Mundial usa como critério para a pobreza mundial a renda de US\$ 1,90 por dia, que garantiria condições mínimas de subsistência.

O conceito de desigualdade, por outro lado, tem, necessariamente, caráter relacional: pressupõe que, em alguma dimensão, as pessoas ocupam posições sociais distantes umas das outras. A desigualdade é também uma noção relativa, no sentido de que, em uma sociedade, o aumento proporcional, por exemplo, nas rendas de todos não modifica o grau de desigualdade entre os diferentes grupos.

Existem várias maneiras de medir a desigualdade. Uma delas é comparar simplesmente as rendas de pessoas em diferentes níveis da distribuição da riqueza; outra, comparar a distribuição de renda com uma situação de igualdade absoluta.

Cada pessoa, ao longo da vida e dependendo das políticas sociais existentes e da posição socioeconômica de sua família, tem acesso a uma série de oportunidades que, se aproveitadas em sua plenitude, levam a resultados de valor para a pessoa e para a sociedade. Porém, as condições e as políticas sociais com que conta uma pessoa determinam em que medida ela é capaz de aproveitar plenamente uma oportunidade. Assim, a pobreza e a desigualdade precisam ser definidas e medidas tendo em conta diversas dimensões, incluindo as de oportunidades, condições, tratamento e resultados.

Quando as oportunidades são escassas e limitadas a alguns poucos, há pobreza em oportunidades; quando o acesso às oportunidades existentes é desigual e dependente da origem familiar, há desigualdade de oportunidade. Quando as condições para alguns são precárias, há pobreza de condições; quando o tratamento recebido por distintos grupos sociodemográficos é diferenciado, há desigualdade de tratamento. Por fim, quando o resultado que se espera acaba sendo limitado para alguns e desigualmente distribuído entre todos, há pobreza e desigualdade de resultados.



A relevância da pobreza e da desigualdade difere de acordo com o que se está avaliando. Essa relevância é tipicamente maior quanto mais ela resulta de fatores fora do controle da pessoa, como origem familiar e diferentes formas de discriminação. Por isso, a desigualdade de oportunidades e de tratamento deve despertar maior apreensão que a desigualdade de resultados, que é relativamente afetada pelo livre arbítrio individual. Filósofos, economistas e principalmente sociólogos têm buscado aperfeiçoar a conceituação desses diferentes aspectos da pobreza e da desigualdade. A clareza conceitual nessa área tem se mostrado fundamental para o desenho de políticas públicas e para o monitoramento da pobreza e da desigualdade pela sociedade.

É importante observar, ainda, que cada um dos aspectos da pobreza e da desigualdade (oportunidades, condições, tratamento, resultados etc.) é multidimensional, pois resulta em diferenças de renda, condições habitacionais, esperança de vida e outras, gerando uma noção de pobreza e de desigualdade associada a cada uma delas.

Mapear criteriosamente essas dimensões é um dos grandes desafios das ciências sociais, assim como uma das grandes contribuições que ela presta à sociedade. Quando se pretende estabelecer metas quantitativas para o acompanhamento dos resultados de políticas sociais, é necessário, para cada uma das diferentes dimensões, definir a unidade de medida de tal forma que se possa atribuir a cada indivíduo um nível na estrutura de distribuição de determinado aspecto em uma sociedade. Da mesma forma, para podermos mensurar a desigualdade, uma noção de distância específica entre os níveis alcançados pelos indivíduos precisa ser estabelecida.

Como já se falou, pobreza e desigualdade são conceitos complexos e mensurar sua presença na sociedade envolve desafios de múltiplas dimensões. Encontrar a melhor forma de superá-los é uma atividade científica em que economistas e estatísticos têm trabalhado de forma intensa, produzindo medidas de pobreza e desigualdade multidimensionais de grande valor prático para o acompanhamento do avanço de regiões, países e outras unidades de observação no combate à pobreza e à desigualdade nas suas mais variadas formas. O reconhecimento de que a intersecção de diferentes formas de pobreza e desigualdade produz efeitos interativos perversos coloca desafios adicionais para a ciência na busca de subsídios mais precisos, que permitam traçar desenhos de políticas sociais mais eficazes.

CORTANDO O MAL PELA RAIZ

Para combater a pobreza e a desigualdade, além de estabelecer variáveis que possam ser mensuradas – e, portanto, que possibilitem avaliar a eficácia das políticas colocadas em prática –, é fundamental identificar o que determina esses problemas sociais em uma população. A pobreza e a desigualdade podem decorrer de um acesso limitado de alguns grupos a um resultado de valor (renda, por exemplo) ou da falta de acesso desses grupos a um fator que o determina (educação, por exemplo). Nesse segundo caso, algumas pessoas podem ter baixa renda porque têm baixa escolaridade; ou pode prevalecer um alto grau de desigualdade de renda porque persiste um alto grau de desigualdade em educação.

Portanto, para que políticas públicas eficazes possam ser formuladas, é necessário que a ciência trabalhe para lograr três tipos de evidência: (1) identificar os fatores determinantes dos resultados de valor com relação aos quais a pobreza e a desigualdade são definidas; (2) identificar em que medida esses fatores podem ser modificados; e (3) identificar como esses fatores poderiam ser modificados.

É possível classificar os determinantes da pobreza em dois grupos. O primeiro deles é o dos fatores que não deveriam ser determinantes dessas condições sociais, incluindo, por exemplo, características como cor de pele, orientação sexual, origem familiar e outros atributos que escapam ao controle individual. Em uma sociedade justa, nenhum desses fatores deveria levar a diferenças de renda ou de escolaridade. Porém, infelizmente, características assim estão relacionadas a todas as formas de pobreza e desigualdade, sejam elas de oportunidades, de tratamento, de condições ou de resultados.

No segundo grupo de determinantes da pobreza e da desigualdade estão fatores que as políticas públicas podem de fato modificar, seja garantindo a todos um mínimo, seja reduzindo a desigualdade no acesso a eles. Educação e trabalho digno se encaixam nesta categoria, considerando que, em um ambiente meritocrático, o acesso a esses fatores é o que comanda o acesso aos resultados de valor (renda) que se prestam a mensurações da pobreza e da desigualdade.

Formuladores de políticas públicas precisam conhecer bem os determinantes da pobreza e da desigualdade, identificar quais deles têm maior impacto sobre o resultado de interesse e idealizar como a posse ou o acesso a esses fatores podem ser promovidos. Essa demanda por conhecimento estabelece uma ampla agenda científica de enorme relevância social.

Nesse contexto, o conhecimento científico pode ajudar a identificar o que é necessário e como atuar para garantir uma educação de qualidade, bem como o acesso a um trabalho digno e adequado a todos. No caso da educação e do trabalho, não existem fatores justificáveis para diferenças de acesso a esses domínios entre os setores da sociedade. Portanto, as políticas públicas precisam se basear em formas de eliminar a influência desses fatores injustificáveis (cor da pele, gênero etc.) sobre o acesso à educação e ao trabalho.

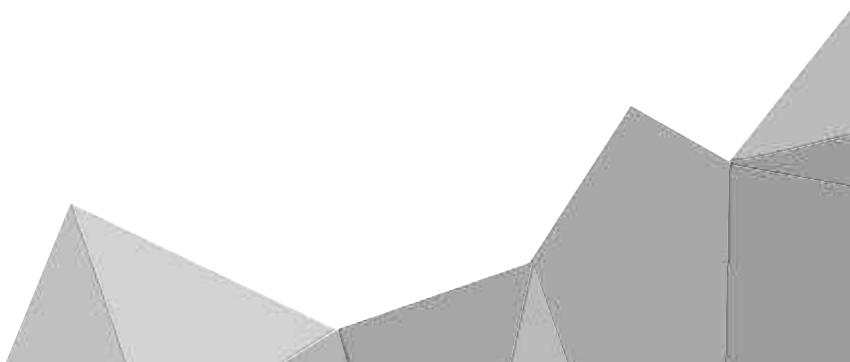
O ALVO CERTO

Principalmente no caso da desigualdade de oportunidade e de tratamento, o que se deseja modificar não é o acesso ou o montante de fatores determinantes da pobreza, mas o próprio fato de que esses fatores são determinantes. Assim, se o sistema educacional existente permite que a pobreza de uma família influencie o desempenho escolar de uma criança e, portanto, sua renda e seu grau de pobreza futuro, a recomendação para o desenho de política social eficaz não pode mirar apenas na redução da pobreza das famílias, por mais que essa também seja uma meta intrinsecamente louvável. Para ser coerente, o foco precisa ser o redesenho da política educacional, de forma a assegurar que o desempenho de um aluno não mais dependa de sua origem familiar.

Já outros determinantes da pobreza e da desigualdade, como os relacionados a condições e resultados, são justificáveis e podem ser alvo de políticas públicas específicas para modificá-los. Entre os fatores determinantes justificáveis e que, portanto, merecem interesse científico estão aqueles relacionados às habilidades e competências individuais. Em um ambiente meritocrático, quanto mais amplo o leque de competências de um indivíduo, e quanto melhor a qualidade de cada uma de suas competências, maiores deverão ser suas oportunidades para realizar e alcançar resultados de valor. Nesse ambiente, o objetivo científico é determinar que competências são mais importantes e quais delas podem ser mais facilmente adquiridas ou modificadas e como.

Outros determinantes justificáveis estão relacionados à possibilidade de utilizar as habilidades e competências adquiridas de forma produtiva. Qual a utilidade de um indivíduo adquirir certa competência – formar-se médico, por exemplo – se ele não tem a oportunidade de utilizá-la, ou seja, se ele não encontra um trabalho ou é impedido de trabalhar? A pesquisa científica é vital para determinar quais são as oportunidades necessárias para a utilização produtiva das competências adquiridas e para que essas oportunidades possam ser oferecidas e garantidas.

Políticas sociais eficazes requerem ações específicas sobre os diversos aspectos da pobreza, que variam de uma população a outra, e todas elas demandam conhecimentos de base científica para que obtenham os resultados esperados. Do contrário, corre-se o risco de investir em políticas com pouco ou nenhum resultado – um exemplo emblemático é o dos gastos públicos com educação básica no Brasil: entre 2000 e 2014, aumentaram de R\$ 2 mil para R\$ 6 mil anuais por indivíduo, sem que isso se refletisse em melhora dos péssimos índices de desempenho das escolas do país.^[2] Outros exemplos de fracasso foram observados em políticas de repressão ao uso de drogas e de combate à criminalidade e à violência urbanas.

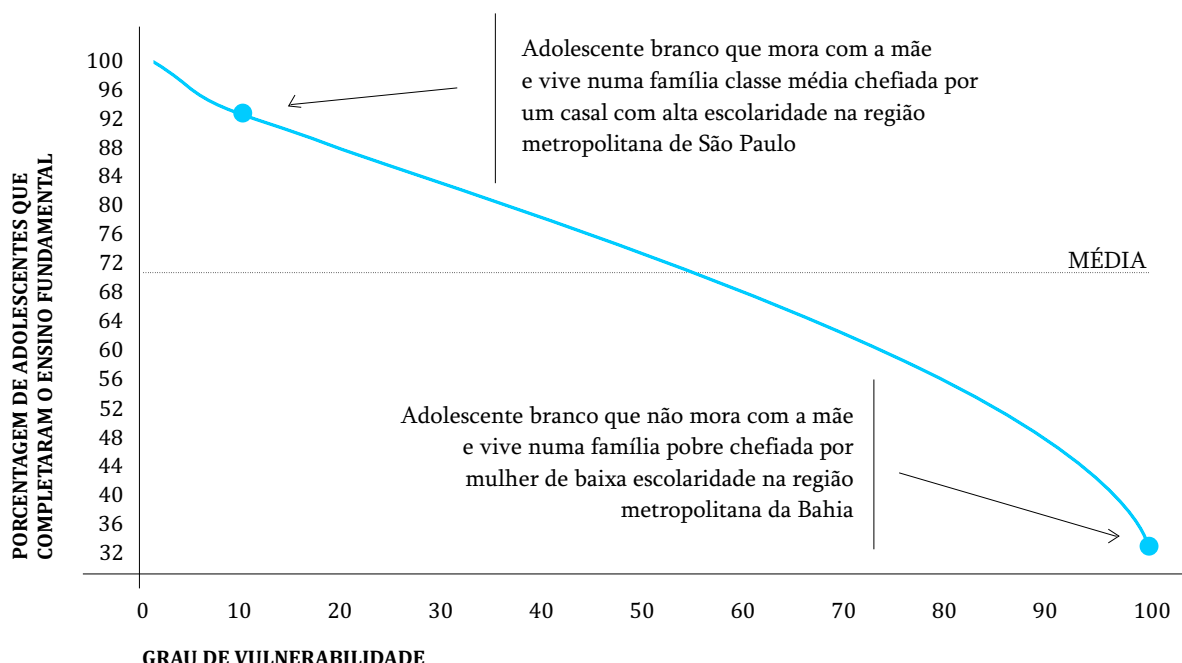


AValiação de Danos

Embora a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade tenham valor intrínseco e, portanto, não requeiram justificativas adicionais, é importante considerar que a pobreza e a desigualdade têm um amplo leque de consequências sociais e econômicas deletérias. Mapear essas consequências também é interesse da ciência, e sua gravidade é um incentivo adicional para a alocação de recursos públicos para programas de redução dessas mazelas.

Pobreza e a desigualdade têm consequências diretas tanto sobre as famílias mais vulneráveis como sobre a sociedade como um todo. Uma das consequências mais graves e preocupantes da pobreza no Brasil é seu efeito negativo sobre o sucesso educacional e, conseqüentemente, sobre a mobilidade social e econômica. Observe-se, por exemplo, o gráfico abaixo.

VULNERABILIDADE FAMILIAR E EDUCAÇÃO BÁSICA [2012-2014]

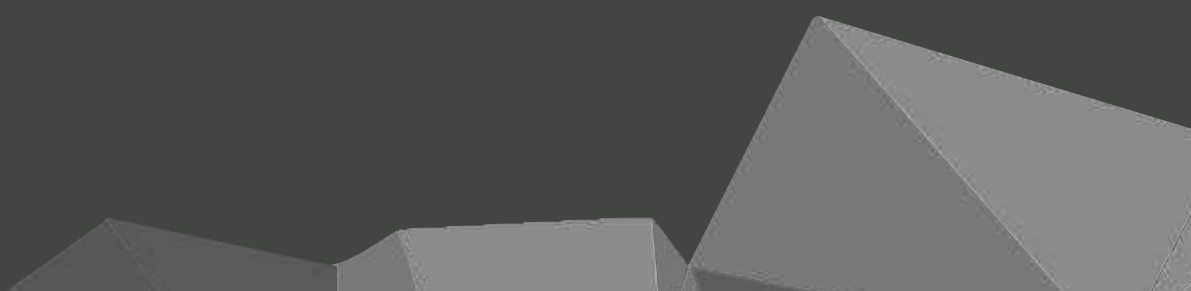


Fonte: BARROS, R. P. *Por que no Brasil a Educação não Avança?* (Palestra). Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

Enquanto todas as crianças de famílias não vulneráveis completam o 9º ano do ensino fundamental com, no máximo, um ano de atraso, apenas um terço daquelas em famílias muito vulneráveis alcançam esse resultado.

Do ponto de vista social, as consequências da pobreza também são graves. Embora existam claras evidências de que a relação entre desigualdade e participação política é complexa e depende do tipo de desigualdade considerado, é claro que a desigualdade acentuada em nada contribui e pode mesmo prejudicar a qualidade da vida democrática e participativa – por exemplo, um estudo realizado durante as eleições nacionais norte-americanas em 2000 apontou que as pessoas votam menos onde há segregação econômica entre áreas próximas.^[iv]

Da mesma forma, embora seja muito controversa a relação entre pobreza e violência, a evidência científica corrobora a hipótese de que a desigualdade em nada contribui para a manutenção de uma sociedade pacífica, respeitosa e valorizadora da diversidade.^[v] Além disso, a despeito de alguma evidência recente em contrário, as análises científicas que apontam para a existência de uma forte correlação negativa entre desigualdade acentuada e crescimento econômico continuam dominantes.^[vi]



CIÊNCIA E DESENHO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Na maioria dos países com renda mediana ou alta, o gasto público na área social ultrapassa 20% da renda nacional.^[vii] Planejar a melhor forma de investir esse recurso é, portanto, indispensável. O conhecimento científico, embora fragmentado e incompleto, pode ser incorporado na formulação de políticas públicas para evitar erros, aumentando a eficácia dessas políticas e reduzindo seus custos.

É importante ressaltar que a incorporação do conhecimento científico básico sobre os determinantes de um dado resultado de valor (poder aquisitivo, por exemplo) ao desenho de políticas públicas voltadas à promoção equitativa desse resultado não é tarefa simples. Embora essa incorporação possa ser feita por gestores públicos bem informados, a participação direta dos cientistas e pesquisadores no desenho de propostas de política social certamente facilita a incorporação do conhecimento científico e contribui para a formulação de propostas mais eficazes.

Por um lado, o conhecimento produzido pela ciência ajuda a desenhar políticas públicas com o objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade modificando ou influenciando suas causas (por exemplo, promovendo uma melhor distribuição de renda por meio da garantia de acesso de todos a uma educação de qualidade). Por outro lado, a informação científica pode ser utilizada não para modificar os fatores que determinam a pobreza, mas para reduzir sua influência sobre a pobreza. Esse é o caso, por exemplo, das ações antidiscriminatórias nas quais o objetivo não é modificar os atributos relacionados com a pobreza, e sim fazer com que esse atributo deixe de exercer qualquer influência sobre a pobreza.

Além disso, a ciência pode contribuir para o desenho de políticas sociais por meio do desenvolvimento de novas tecnologias que viabilizem o acesso dos mais pobres a determinados bens e serviços, ou que tornem esse acesso mais barato. Esse é o caso, por exemplo, de desenvolvimentos científicos que levam ao barateamento dos alimentos e também dos avanços que tornam possível levar às comunidades mais isoladas, de forma economicamente factível, serviços básicos como energia elétrica, saneamento e tratamento de resíduos sólidos.

A política brasileira de combate à pobreza e à desigualdade tem seguido as três vertentes mencionadas acima. Na busca por reduzir a discriminação ou a desigualdade de oportunidade, foi introduzido no país um amplo sistema de cotas para a população pobre e negra, seja para o acesso à educação superior, seja para o acesso a melhores postos de trabalho, em particular no sistema público. Sistemas de cotas similares vêm sendo implantados com vistas a promover a igualdade de gênero na representação política e no mercado de trabalho. Esses sistemas de cotas têm sido, desde sua implantação, alvo de amplo debate dentro da comunidade científica.

Porém, como era de se esperar, a política de combate à pobreza e à desigualdade tem sido preponderantemente dominada por programas que interferem de forma mais direta na renda das famílias, de forma compensatória – programas baseados em transferência de renda que aliviam a pobreza sem efetivamente combater ou eliminar suas causas, como bolsa-família e seguro-desemprego – ou voltados para modificar os determinantes da pobreza via inclusão produtiva dos mais pobres. Esses últimos operam ampliando as oportunidades de trabalho ou melhorando a qualidade das oportunidades de trabalho disponíveis, como foi o caso dos cerca de 100 projetos que compunham o programa Brasil Sem Miséria.^[viii]

Como exemplos da importância da ciência para o desenvolvimento de novas tecnologias que viabilizam o acesso dos mais pobres a determinados bens e serviços, destacam-se o papel histórico desempenhado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na expansão da oferta e redução no preço dos alimentos no Brasil e os programas do Sistema Único de Saúde (SUS) que envolvem agentes comunitários com escolaridade de nível médio ou primário – projetos de efetividade comprovada na promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, tratamento de enfermos e até atenção ao parto domiciliar.

MELHORES PRÁTICAS

Além de ajudar no desenho de políticas públicas, outra tarefa em que a ciência pode ter contribuição relevante para o combate à pobreza e à desigualdade é a avaliação de programas sociais. Métodos científicos com abordagens qualitativas e quantitativas têm sido utilizados tanto para avaliar o desempenho de uma ampla variedade de aspectos dos programas existentes como para simular o desempenho de programas hipotéticos.

Propõe-se aqui que a avaliação de projetos ou políticas públicas esteja baseada na análise de quatro temas centrais: mobilização da sociedade, utilização eficiente dos recursos, adequação do programa aos seus objetivos e adequação do programa ao público-alvo da proposta.

Em primeiro lugar, é necessário avaliar se a sociedade se sensibilizou, se mobilizou e, em função disso, alocou recursos em quantidade suficiente para efetivamente executar uma política realista de combate à pobreza e à desigualdade. Assim, o ponto de partida de qualquer avaliação científica de uma política pública deve ser uma avaliação do grau em que a sociedade foi capaz de mobilizar os recursos necessários para enfrentar a causa em questão.

Resolvida a questão da disponibilidade de recursos, os métodos científicos de avaliação devem se dirigir à eficiência com que esses recursos são utilizados. De que adianta ter recursos, se eles forem usados de forma ineficiente ou inadequada? O objetivo de todo programa social é promover uma transformação a partir da utilização de certos insumos. A transformação desejada (redução na pobreza e na desigualdade) depende diretamente da utilização eficiente dos insumos disponíveis.

EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

AQUISIÇÃO

- Em que medida o projeto foi capaz de adquirir a maior quantidade de insumos possível dado o orçamento disponível?

UTILIZAÇÃO

- Em que medida o programa foi capaz de oferecer serviços para a maior quantidade de pessoas e da melhor qualidade possível?
- Em que medida seria possível atender a mesma quantidade de pessoas, com a mesma qualidade, utilizando um volume menor de recursos?

ALOCAÇÃO

- Em que medida os insumos estão sendo utilizados nas proporções corretas?
- O projeto usa mais intensamente o que é mais barato e limita a utilização do que é mais escasso e caro?

Um bom desempenho depende também da adequação do programa aos objetivos que se deseja alcançar. Um programa pode ser maravilhosamente implantado sem que tenha qualquer impacto significativo sobre a pobreza ou a desigualdade. Assim, o terceiro aspecto a ser avaliado de um programa social é a sua eficácia: em que medida esse programa, se devidamente implantado, irá efetivamente reduzir a pobreza ou a desigualdade?

Avaliar o impacto de um programa requer estimar uma relação causal, isto é, identificar como e em que medida a implantação de um programa causará mudanças no grau de pobreza e desigualdade da população. Para isso, é necessário realizar a desafiante comparação entre o que aconteceria na presença do programa com o que aconteceria na sua ausência.

Por fim, programas sociais, por mais eficazes que sejam, não terão capacidade de gerar a desejada redução na pobreza e na desigualdade se não forem dirigidos à população-alvo ou mais necessitada. Assim, o quarto aspecto a ser avaliado é a adequação da população atendida pelos programas. De fato, programas potencialmente eficazes na redução da pobreza, se dirigidos a segmentos não pobres, evidentemente não terão capacidade de atingir seu objetivo.

É importante ressaltar, ainda, que a população pobre é heterogênea e tem necessidades diversas. Assim, não basta que um programa específico de combate à pobreza (microcrédito, por exemplo) seja dirigido à população pobre. É necessário que ele seja dirigido ao segmento da população pobre que mais poderá se beneficiar dele (microempresários pobres com oportunidades de negócios com grande potencial que enfrentam restrição de crédito, por exemplo). O sucesso de qualquer política de combate à pobreza requer uma análise detalhada da adequação ao perfil dos beneficiários.

Embora o número de avaliações de programas sociais venha crescendo no Brasil, ainda é pequena a parcela das políticas sociais que são objetivamente avaliadas. A maior parte dos estudos disponíveis não tem como foco isolar e estimar a contribuição específica de cada programa para o progresso alcançado no período, e tampouco existe um número significativo de avaliações da eficiência com que esses programas operam. Estudos do grau de focalização são mais fáceis de serem realizados e, talvez por esse motivo, mais abundantes na literatura científica brasileira.

Além de realizar avaliações mais frequentes e mais objetivas, vale notar que, para que essas avaliações tenham o impacto desejado no aprimoramento das políticas públicas, seus resultados precisam ser disponibilizados, de forma amigável, aos gestores públicos responsáveis pelo desenho dessas políticas.

ALÉM DA CIÊNCIA

Como já foi exposto neste capítulo, o conhecimento científico não pretende ser recurso exclusivo na formulação ou avaliação de políticas públicas. No entanto, a ABC reconhece, por outro lado, os altos custos que podem ser evitados quando a comunidade científica presta sua colaboração legítima na definição, implementação e avaliação de políticas de inclusão social.

Um programa de ciência para o Brasil não pode ignorar que a superação das injustiças passa por um esforço de inclusão social que com certeza trará igualmente maior prosperidade para o país. A continuidade e a ampliação da pesquisa científica visando reduzir a pobreza e a desigualdade são vitais tanto para responder ao imperativo ético da justiça, quanto para pôr fim ao desperdício de talentos e recursos naturais que entravam o potencial de crescimento e geração de riquezas no Brasil.



SUGESTÕES PARA LEITURA

CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS/ SESEP, 2014.

UNITED NATIONS. **The Millennium Development Goals Report 2015**. New York: United Nations, 2015. 75 p. Disponível em:

<[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG 2015 rev \(July 1\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%2015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2018.

WORLD BANK GROUP. **Poverty and Shared Prosperity 2016: Taking on Inequality**. Washington: World Bank, 2016. 193 p. Disponível em:

<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25078/9781464809583.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

-
- [1] Saiba mais em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>.
[2] Mais informações em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/>>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [i] BARROS, R. P.. Challenges to Sustainable Inclusive Growth in Brazil. (Palestra apresentada no evento) **Brazil Unveiled: The Political, Economic And Institutional Reality**. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2016.
- [ii] BARROS, R. P.; COUTINHO, D.; MENDONÇA, R. **Desafios ao Crescimento Inclusivo Brasileiro**. [S.l.]: Mimeo, 2015.
- [iii] CAMPELLO, T.; NERI, M. C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.
- [iv] SCHROEDER, M. B.. Economic inequality and political participation: scale matters. In: **Population Association Of America Annual Meeting** (poster session). Detroit: PAA, 2009. p. 1 - 35. Disponível em: <<http://paa2009.princeton.edu/papers/91157>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- [v] FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N.. Inequality and Violent Crime. **The Journal Of Law And Economics**, [s.l.], v. 45, n. 1, p.1-39, abr. 2002. University of Chicago Press. <<http://dx.doi.org/10.1086/338347>>.
- [vi] BOUSHEY, H.; PRICE, C. C.. **How Are Economic Inequality and Growth Connected?: A Review of Recent Research**. Washington: Washington Center For Equitable Growth, 2014. 29 p. Disponível em: <<http://equitablegrowth.org/wp-content/uploads/2014/10/100914-ineq-growth.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- [vii] ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Social Expenditure Database**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/social/expenditure.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- [viii] CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). **O Brasil sem miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. 848 p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- 